

A Escola, a sua Missão e os seus Valores

CONFERÊNCIA

A Escola, a sua Missão e os seus Valores

Maria Odete Valente¹

A Escola, a sua Missão e os seus Valores é, porventura, a questão mais imperativa no questionamento sobre a Educação: o que pode e deve cumprir a Escola? Por isso podemos e devemos retomar esta discussão de cada vez que nos sentimos insatisfeitos com o que vamos realizando. Podemos dela derivar e estabelecer orientações que podem determinar o curso dos empreendimentos, seja para a construção de um currículo, seja sobre as finalidades e critérios para a avaliação das escolas ou quanto ao modo como estão de facto a ser consubstanciadas as aprendizagens dos alunos.

O tema do Seminário é a equidade e a prevenção de riscos na educação, pelo que terei a dar ênfase aos aspectos que directamente lhe estão associados, entre eles o dever da educação de qualidade para todos, o que precisamos fazer para ter uma escola inclusiva, para acreditarmos no valor da inclusão e observarmos a sua concretização.

A escola é hoje um lugar onde todos podem entrar, mas de onde só alguns conseguem sair sem transportarem um sentimento de frustração e até de revolta. Em vez de se centrar sobre a educação de todos, transformou-se num contínuo processamento de apenas alguns, crivo que se pretende que opere da maneira mais eficiente possível, à custa de práticas pré-determinadas, presumidamente mais rigorosas e exigindo menos recursos humanos, produzindo resultados estandardizados, facilmente utilizados para separar os alunos em níveis. Um modelo que reforça a estratificação social, dificulta a inclusão, promove a passividade e a aquisição de pacotes de conhecimentos concebidos para consumo colectivo.

Muitos esforços têm sido feitos para construir uma escola à altura da tarefa de incluir todos e de a todos proporcionar perspectivas de vida. Falamos de criar uma escola em que:

¹ Conselho Nacional de Educação

“O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas dos seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de currículos adaptados, dispositivos organizacionais, estratégias de ensino, utilização de recursos e parcerias com as comunidades (...). Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educativas especiais devem receber todo o apoio extra de que possam precisar, para que seja assegurada a sua efectiva educação”. *Declaração de Salamanca*, UNESCO, 1994.

Educação inclusiva é então aquela que considera todo o processo educativo não só das crianças que apresentam necessidades educativas especiais, mas também daquelas que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estão a repetir anos escolares, as que são forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram em locais distantes de qualquer escola, as que vivem em condições de extrema pobreza, as que são vítimas de guerra ou abusos, as que estão fora da escola por qualquer motivo, ou as que apresentam sobredotação. O conceito de inclusão exclui ignorar as necessidades específicas de cada aluno, obrigar a que todos sigam um único percurso de desenvolvimento escolar, ao mesmo tempo e para as mesmas idades, ou a não prosseguir o atendimento em educação especial antes do tempo.

O cruzamento entre o movimento da educação inclusiva e a busca de qualidade para todos implica ter em conta alguns aspectos relevantes, designadamente:

- garantir o acesso de todos à escola;
- acreditar que todas as crianças podem aprender juntas, embora tenham ritmos e processos de aprendizagem diferentes;
- criar as condições para que todas as crianças atinjam o seu potencial máximo;
- privilegiar as relações de colaboração e cooperação entre todos os participantes;
- tomar consciência da necessidade de mudança de papéis e de responsabilidades dentro da escola;
- introduzir dinâmicas criativas na relação com as crianças com necessidades educativas especiais;

- organizar a prestação de serviços de apoio;
- estabelecer parcerias com os pais;
- criar ambientes educacionais flexíveis;
- aplicar estratégias pedagógicas baseadas em pesquisa e novas formas de avaliação;
- investir na continuidade do desenvolvimento profissional das equipas técnicas e na sua formação;
- reavaliar e reajustar as intervenções no processo de ensino e aprendizagem;
- apoiar tecnicamente os professores das classes regulares e/ou promover a co-intervenção de professor especializado.

Mas a criação destas condições é muitas vezes minada pela falta de recursos, falta de crédito e de reconhecimento do esforço dos professores quando se envolvem com determinação na tarefa de proximidade com todos os seus alunos. A escola é um reflexo da sociedade e dos seus problemas, mas é também talvez hoje a única instituição social capaz de reorientar a sociedade, desde que lhe sejam dados os instrumentos para se apoderar da tarefa: os recursos, a autonomia, a autoridade, a responsabilidade e o reconhecimento da imensidão e dignidade da tarefa, que só com a exigência, por um lado, e o grande reconhecimento, por outro, da profissionalidade dos professores pode levar por diante esse compromisso e manter um empenhamento persistente. E nesta tarefa, a ética não é uma nova disciplina escolar, nem mesmo um suplemento de alma, mas sim o que organiza e fecunda as actividades que o professor empreende.

Regressemos ao tema central, como vemos, então, a missão da escola?

Missão singular no processo de desenvolvimento da criança, a quem cabe garantir a sua educação e a instrução? Ou **em competição** com outras instâncias e formas de educar, como sejam a família, os meios de comunicação, os partidos políticos, as igrejas ou outras organizações cívicas?

E desenvolvimento em que vertentes? Sem dúvida que nos referimos ao desenvolvimento cognitivo, afectivo, de valores pessoais e sociais, razão

pela qual interessa passar em revista alguns aspectos que se consideram determinantes nestes vários domínios.

Em primeiro lugar, **ensinar a pensar** é a missão mais singular da escola, porque é nela que se realiza a oportunidade de estruturar as informações, as observações, as experiências, as vivências com os outros que vão permitir construir quadros de análise e de valorização de cada um, dos outros e do mundo em que se vive. Um tempo e um espaço para receber e integrar conhecimentos de modo diferente do que acontece noutras instâncias onde também se recebem estímulos, mas onde o aluno tem menos motivação para os trabalhar. Educar e ensinar a pensar a informação, as experiências e os modos de a reflectir e avaliar, mas também e simultaneamente, educar e ensinar a gerir os afectos e as emoções, a trabalhar e a colaborar com os outros, a clarificar valores e aprender a dar sentido à experiência humana, a querer transformar-se e a superar-se.

Ajudar ao **desenvolvimento afectivo** passa por tornar conscientes aspectos importantes do comportamento a que alguns chamam de inteligência emocional e que incluem o controlo emocional, a auto-estima, a gestão do stress, a empatia, o controlo da impulsividade e o ser capaz de adiar as gratificações, o equilíbrio entre as obrigações, o prazer e o trabalho, a comunicação com os outros, a gestão passo a passo de metas e de objectivos, a auto-motivação, a atitude positiva mesmo nos momentos difíceis.

Ajudar a **desenvolver valores e atitudes** próprios de uma escola para todos, realiza-se no diálogo sobre situações particulares para as quais importa dar tempo para nelas pensar, criando hábitos de ouvir os outros, extrair pontos de vista e opiniões, interpretar as ideias dos outros, procurar os pressupostos implícitos, identificar as inconsistências, seguir outras pistas e levantar hipóteses alternativas, rever as consequências das acções a curto, médio e longo prazo.

Para construir uma escola para todos há opções a fazer e tensões a resolver ao nível da concepção curricular e da cultura de escola. Quanto à concepção curricular, as opções são de âmbito muito alargado:

- da oferta de uma estrutura conceptual organizada à mobilização do conhecimento em contextos específicos;
- dos exemplos da história ao confronto dos problemas actuais e locais; do reforço das disciplinas e dos seus mapas conceptuais às relações e às integrações disciplinares segundo diversos vectores;
- de um currículo para todos aqueles que irão continuar a estudar no ensino superior;
- da escolha de um número restrito de experiências trabalhadas em profundidade ao contacto superficial com um número mais alargado;
- das práticas lectivas e formas de aprendizagem activa e em contexto (trabalhos de campo, projectos de investigação) que são valorizadas;
- dos processos de avaliação aplicados aos conhecimentos e aos contextos em que se produzem;
- dos recursos de aprendizagem, desde os manuais às TIC.

Para caracterizar a cultura de escola, importa verificar se estão presentes:

- estímulos à criatividade;
- projectos individuais e de grupo;
- tempo de envolvimento em tarefas fora e dentro da aula;
- comunicação entre alunos e professores da mesma e de outras turmas;
- motivação para as ciências, as artes, a literatura (clubes, semanas, dias, conferências);
- valorização do trabalho cuidado, rigoroso e sério;
- formas de audição dos alunos e consideração das suas opiniões e sentimentos;
- autenticidade dos professores (congruência), consideração pelos seus alunos e respeito pelos objectivos destes;
- incentivos à aprendizagem;
- dinâmicas profissionais de cooperação entre os professores;
- soluções institucionais para reforço das aprendizagens de todos;
- existência de recursos e sua manutenção;
- estratégias de inclusão;

- formas de liderança.

A construção de uma escola inclusiva implica necessariamente a concertação de esforços e a sua continuidade, a existência de dispositivos de regulação e monitorização, a criação de um sistema que sustente as várias iniciativas. De momento, não há em Portugal nenhum motor de coordenação que impulsione os eventuais motores isolados de cada escola e por isso andamos um pouco por aqui e por ali, tipo movimento browniano...

Para ultrapassar as dificuldades precisamos de responsabilidade e autonomia, de organização e de estruturas que tenham capacidade de iniciativa, de meios humanos e materiais e tempo para que os empreendimentos dêem frutos. Nesse sentido, a sustentação de projectos de escola tem de ser alicerçada em estudo e reflexão, experimentação e investigação, e menos em decisões baseadas em opiniões pouco fundamentadas.

Regressemos a alguma avaliação e síntese destas ideias.

Uma educação pública é, deve ser, um espaço onde dois tipos de aprendizagem são concertados. Um, uma espécie de modo de pensar que leve a que se raciocine por si próprio, que seja de iniciação à crítica e que permita desenvolver a capacidade de avaliar. Uma aprendizagem que não é passiva, mas muito empenhada e dirigida para uma capacidade de intervenção lúcida e criativa e de manifestação das nossas potencialidades. O outro tipo é uma aprendizagem social onde se aprende a compreender o outro e a viver em conjunto e a comportar-se, não apenas com delicadeza e civilidade, mas a descobrir e a compreender o outro. A luta actual nas escolas é a de como criar estas duas espécies de conhecimento. Com orientações vindas de cima, como são as instituições burocráticas, as decisões em vez de serem debatidas e tomadas pelas pessoas empenhadas e capazes de desenvolver respostas no caminho das soluções, **são aceites mas realizadas sem alma**, com um grande deficit de criatividade e de esforço produtivo.

O grande desafio da nossa democracia é o de desenvolver as nossas escolas garantindo que todos os que lá vão recebem uma educação de tão grande qualidade, que seja indiferente qual a escola que frequentamos. Uma educação democrática deve capacitar todos para descobrirem quem são, quais as suas paixões, os seus talentos, sobre o que se importam e como querem contribuir para si e para a comunidade, a nação e o mundo.

Conceber o pensar e o sentir como duas componentes indissociáveis e onde não há uma dicotomia entre o saber racional e o saber emocional, em que intervêm como componentes as atitudes, as emoções (medo, cólera, alegria, tristeza, desgosto, ansiedade, motivação, desejo e vontade), as atribuições de sentido (interpretação das causas do sucesso/insucesso) e a confiança em si mesmo (a auto-estima, como valor que o sujeito se atribui a si próprio).

Uma educação não serve só para se ser bom, mas para ser bom em alguma coisa, isto é, o que se ganha com os outros deve ter contrapartidas no que se faz pelos outros. O que se espera é que a educação e a escola proporcionem uma mais vasta e aprofundada consciência de vida, “uma mais intensa, disciplinada e ampliada realização de sentidos”, como refere John Dewey no seu livro *Educação e Democracia*. A democracia está em perigo quando a maioria se sente desmotivada para participar e incapaz de construir alternativas sociais.

As questões que precisamos de formular sobre a educação são as mesmas questões que precisamos de colocar na nossa sociedade. **Que conhecimentos devemos nós ter em comum? Que valores? Que competências? Que sensibilidades?** Quando respondemos a estas questões estamos a ir ao coração do tipo de sociedade em que queremos viver e ao tipo de sociedade em que queremos que as nossas crianças e jovens vivam, o tipo de comunidade que precisamos para que as nossas diferentes individualidades possam florescer.

John Goodlad (o co-director do centro para a renovação da educação em Washington e presidente do *Independent Institute for Educational Inquiry*, em Seattle) no seu livro “What Schools are For”, publicado em

1994, identificou doze fins para as escolas: o que se espera que os alunos alcancem, o domínio de competências básicas, ou seja, processos fundamentais que lhes permitam vir a ter uma profissão, o desenvolvimento das relações interpessoais, autonomia, cidadania, criatividade e auto-realização. Goodlad comenta que os pais têm hoje dificuldade em escolher entre os objectivos académicos, sociais, vocacionais e pessoais. Esta expansão de fins resulta do facto de outras instituições terem deixado de contribuir, por razões diversas (dificuldades de as exercerem ou abandono das instituições) para a educação das crianças. As escolas têm hoje mais funções e não podem, acredito eu, recusá-las porque se o fizerem ninguém as substituirá. Melhor será mesmo encontrar os meios, exigí-los permanentemente, para poderem contribuir à sua maneira e com a sua sabedoria, o que não dispensa de chamarem a atenção para os demais parceiros da comunidade para também eles co-assumirem a responsabilidade, o que é em si mesmo uma forma de não alienar a responsabilidade. Não partilho do desabafo que a escola está a transbordar e que é preciso deitar fora parte do líquido. Precisamos de e um copo maior e mais sabedoria para assimilarmos as várias funções não como partes aditivas, mas como um bolo mais integral que se vai comendo e saboreando e assimilando como um bom alimento. E este bolo pode ter muitas mãos a fazê-lo. Professores e outros profissionais dentro da escola podem ajudar a que este, quase único, recurso de atenção para muitas crianças, seja um lugar seguro e de bem-estar e onde haverá o tempo para pensar e para conviver.

Para que as escolas encontrem respostas é necessário que possam discutir entre si, organizar-se e responsabilizar-se. Não podem ter de pedir ao conselho executivo de um agrupamento distante, que não vive o dia a dia das crianças, autorização para as intervenções que em cada dia são necessárias e constituem respostas urgentes. Têm de se sentir com autonomia para se empenharem. As direcções dos agrupamentos tornam a acção educativa dependente de decisões em conselhos formais, donde derivam instruções. O contrato pedagógico entre o professor e cada aluno torna-se invisível para essas decisões.

As escolas não devem ser muito grandes, pois as relações de proximidade entre todos devem fazer parte do dia a dia. Não se pode educar para a cidadania quando a escola não é um lugar de cidadania, isto é, um lugar de reconhecimento de cada um, dos direitos e deveres de cada um e da construção colectiva e partilhada de todos os que nela vivem e que querem fazer da oportunidade de estar na escola um lugar com sentido para todos.

Ao falar dos fins da escola e dos seus valores não posso deixar de trazer para a reflexão a questão da avaliação da qualidade das escolas. Como é possível que, com verdade e não num acto de cinismo e hipocrisia, se espere da escola que desenvolva, em todos os seus alunos, a maneira de pensar, de sentir, de se relacionar com os outros, de construir caminho colectivamente, de avaliar e julgar, de expressar-se criativamente, e depois se venha a julgar essa mesma escola pelas décimas a mais ou a menos que um subgrupo de alunos (quantos a escola deixou para trás ou não deixou sequer entrar) obteve num dado ano num grupo restrito de disciplinas?

Apesar de isto ser uma contradição e de as próprias escolas o reconhecerem, continua a ser apresentado como um caminho para o estímulo às escolas. Que espécie de estímulo? Que a escola se reduza a treinar para o exame os seus alunos para garantir que tenham as melhores notas? E que se necessário ponha fora de portas, uns meses antes do fim do ano, os que “estraguem a pintura”? Uma escola que assim reage não compreende que este objectivo educacional não faz cidadãos comprometidos com o mundo, apenas “fura vidas” à procura do primeiro lugar para o exercício de um poder, de natureza diferente conforme os gostos, na economia na maior parte dos casos, poder esse que se serve dos outros para ir refinando a sua ascensão na vida social. Mas uma democracia não se revigora com o centro de atenção nas “elites”, mas antes na ascensão de todos, pois é com todos juntos que se transforma a sociedade.

De cada vez que pensamos apenas nos que consideramos bons e que deixamos para trás os outros, em lugares em que tudo é insuficiente, mas que achamos que lhes “basta”, estamos decretando o empobrecimento da participação e da vitalidade da comunidade, seja o mundo, o nosso país, a nossa escola, a nossa família. Numa escola inclusiva todos têm um lugar,

todos têm direito a que cuidem de cada um, ainda que as nossas diferenças exijam cuidados acrescidos. Uma escola inclusiva não se queixa das diferenças, mas analisa as dificuldades e exige os recursos indispensáveis para as ultrapassar. Numa escola inclusiva não se tratam todos por igual, sejam as diferenças mais acentuadas físicas, psicológicas ou sociais.

Os muito bons exemplos devem servir para estimular os outros, para lhes comunicar como conseguiram gerir as suas próprias dificuldades e atingir patamares mais satisfatórios. Para se sentirem satisfeitos, reconhecidos e valorizados. Todos temos o direito de querer ser muito bons, excelentes.

O problema central da avaliação das escolas, dos professores, dos alunos, dos directores, dos presidentes, dos deputados, ministros, etc. são os critérios. Não é verdade que qualquer tipo de avaliação é sempre melhor do que nada, porque há avaliações baseadas em critérios perversos, injustos, enganadores e que desviam a atenção do essencial e que dos seus resultados deriva menos clareza de objectivos, mais trabalho interesseiro, mais aparências e até mais jogos sujos. Há avaliações que são um convite ao vício. Por isso acertar critérios, discutir o valor de cada um, consensualizar as mais-valias e não limitar os resultados é essencial para que o jogo seja limpo e traga melhorias para as organizações.

Deixem-me terminar com algumas afirmações que percorrem os discursos sobre a escola e que é preciso desmontar e contradizer nas práticas diárias:

“As escolas servem para instruir nas disciplinas curriculares (com especial ênfase numas que se determinou serem as mais relevantes) e não para educar;

As escolas são para dar uma profissão e tudo o que não tem esse fim não é útil nem valorizado;

A escola serve para ensinar a pensar sobre os produtos da cultura, mas não sobre a pessoa e as relações pessoais, sobre os valores;

As escolas são para aprender a saborear as coisas boas e que custam pouco dinheiro, a música, um livro, um quadro, o desporto, a beleza, uma boa comida, o ócio, etc.;

As escolas servem para marginalizar mais os que já entram marginalizados;

As escolas são más quando a população que lá entra pertence a bairros desfavorecidos e é preciso fugir delas a sete pés e ter o direito de encontrar uma sem esses diferentes;

As escolas são do Estado e nelas os alunos devem ser formatados para se integrarem e adaptarem à vida social disciplinadamente e sem provocarem problemas”.

Procuraremos antes outras visões. Que a escola é um lugar de cidadania e de aprendizagem democrática se conseguirmos que nela todos encontrem o acolhimento, a esperança, o conhecimento, o pensamento e a palavra (a vida lê-se e escreve-se), a capacidade de intervenção necessária em cada momento, contando com cada um e com os outros para que as relações e as acções de hoje sejam a marca da acção futura. E sem professores que reflectem muito sobre estas questões e se organizam para se ajudarem mutuamente, tudo isto é demais. Mas estes professores já existem e podem preparar-se mais. Mas não será com um exame de conhecimentos que se vão descobrir os melhores.

Alguns de nós, mergulhados numa frustração e decepção poderão perguntar se tudo isto não são utopias, romantismos ou palavras ocas. Direi que não e que são antes as visões para o nosso trabalho, servindo para em cada momento em que há que tomar decisões nos perguntemos se é nesta direcção que vão as medidas ou, se bem ao contrário, estamos andando para trás e desperdiçando tudo o que já conseguimos na educação que damos aos nossos alunos.

Apresentação do Estudo de Caso
Abandono Escolar em Contexto Urbano

Presidente da Mesa – Maria Odete Valente

